

ÚLTIMAS ▶ A form_

Portal EcoDebate

Cidadania e Meio Ambiente - ISSN 2446-9394

ESPAÇO disponível: Banner 728 X 90
 Socialização da informação socioambiental também é sustentabilidade. Apoie e patrocine esta ideia revista eletrônica EcoDebate, ISSN 2446-9394

A Construção De Outro Modelo De Financeirização Depende De Uma Governança Ambiental. Entrevista Com Amyra El Khalili

BUSCA - PESQUISE AQUI



Notícia by Redação - 5/10/2016 0

Compartilhe

[f Share](#)
[Tweet](#)
[g+ Share](#)
[in Share](#)

[Mail](#)
[Print](#)

Para construir um modelo de finanças diferente, que esteja a favor da vida, é preciso antes de tudo distinguir o significado de dois termos: **“financiar”** e **“financeirizar”**, diz a economista **Amyra El Khalili à IHU On-Line**. Financiar, exemplifica, consiste em “proporcionar um empréstimo para que a costureira compre uma máquina de costura e consiga pagá-la nas condições de sua produção”. Financeirizar, de outro lado, “significa emprestar o dinheiro para a costureira comprar a máquina causando o endividamento e, conseqüentemente, fazendo com que ela não consiga cumprir com seu compromisso, tornando-a escrava da dívida”.

Outra distinção importante, esclarece a economista, consiste em compreender que “nem todo dinheiro é ruim, assim como nem toda forma de o gastar é saudável”. Segundo ela, é a partir dessas compreensões que é possível “construir

SIGAM-NOS

RSS
 Twitter
 Facebook
 Boletim

PUBLICAÇÕES ANTERIORES. POR DATA

outubro 2016

S	T	Q	Q	S	S
					1
« set					

↑
TOP

financia o mercado de armas, drogas, favorece a biopirataria (ilícito), sustenta e mantém o lícito da concentração por corporações com produção suja e degradante e governos corruptos”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, **Amyra** comenta as posições defendidas pelo economista francês Yann Boutang, acerca das possibilidades de pôr as finanças a serviço da **transição energética**, do combate à poluição química nas terras aráveis e a garantia de uma renda decente para todos. “Precisamos desenvolver um modelo de transição energética com planejamento financeiro conjuntamente com a **transição do modelo econômico**, pois, do contrário, não haverá energia renovável ou não renovável que suporte a demanda de produção e resolva o problema socioambiental, que, conseqüentemente, provocam bruscas **mudanças climáticas**”, frisa. Para realizar essa transição, menciona, é preciso resgatar “o **conceito de governança ambiental**” e “isso não depende de dinheiro; depende da sensibilização de corações e mentes” e “especialmente, de um código de ética e moral que seja universal”.

Na avaliação da economista, a esquerda pouco tem participado do debate sobre a **financeirização** porque “ainda está presa aos conceitos da política pelo poder” e porque “não quer discutir finanças, pois essa discussão passa por prestação de contas, auditoria, transparência, meandros delicados e polêmicos”. Por conta disso, defende, “o ativismo pelos direitos humanos e o ambiental deveria ser isento e não se envolver em disputas político-partidárias, pois o povo e o ambiente devem estar acima dos interesses por subserviência política ou por solidariedade corporativista entre pares”.

3	4	5	6	7	8
10	11	12	13	14	15
17	18	19	20	21	22
24	25	26	27	28	29
31					
« set					

APOIO



TAGS

agricultura agrotóxicos

Amazônia

aquecimento global

Belo Monte CO2 conservação

consumo & consumismo contaminação

Convenção do Clima crise ambiental

Código Florestal-floresta zero

desenvolvimento sustentável

desmatamento economia

educação energia energia nuclear

entrevista escassez de água

Henrique Cortez hidrelétricas

IBAMA indígenas legislação

ambiental licenciamento

ambiental lixo modelo de

desenvolvimento

movimentos sociais MP





Amyra El Khalili | Foto: UNIR

Amyra El Khalili é economista graduada pela Faculdade de Economia, Finanças e Administração de São Paulo. Atuou nos Mercados Futuros e de Capitais como operadora da bolsa, com uma carteira de clientes que ia do Banco Central do Brasil à Bombril S/A e ao Grupo Vicunha. Abandonou o mercado financeiro para investir seu tempo e energia no ativismo. É fundadora do Movimento Mulheres pela P@Z e editora da Aliança RECOs (Redes de Cooperação Comunitária Sem Fronteiras). **Khalili** ministra cursos de extensão, treinamento e capacitação socioambiental, por meio de parcerias entre a rede, universidades, entidades locais e centros de pesquisa. É autora do e-book gratuito **Commodities Ambientais em missão de paz – novo modelo econômico para a América Latina e o Caribe** (São Paulo: Nova Consciência, 2009).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são suas críticas à financeirização no modo como ela tem sido desenvolvida hoje?

Amyra El Khalili – A financeirização tem permeado os mais diversos setores da economia e provocado distorções entre a economia real (produção) e a economia financeira. A **economia real** está baseada em produtividade na indústria, agropecuária, comércio e serviços; já a economia financeira é a que faz circular o dinheiro nos sistemas informatizados e tecnológicos, alimentando as taxas de juros e a especulação sobre a base produtiva. Há uma diferença substancial entre financiar e financeirizar. **Financiar** é proporcionar um empréstimo para que a costureira compre uma máquina de costura e consiga

climáticas pesquisa

poluição política políticas

públicas recursos hídricos

reflexão saúde segurança

alimentar **sociedade**

terras indígenas trabalho

escravo urbanização água **índice**

APOIO



ANUNCIE AQUI

ESPAÇO disponível: BANNER 300 X 250

Socialização da informação socioambiental

também é sustentabilidade

Apoie e patrocine esta ideia

revista eletrônica EcoDebate, ISSN 2446-9394

CATEGORIAS

- Artigo
- Editorial
- Notícia
- Podcast
- Videocast

PÁGINAS

Boletim Diário



consequentemente, fazendo com que ela não consiga cumprir com seu compromisso tornando-a escrava da dívida. É o que tem acontecido na **América Latino-Caribenha**, quando os países do Norte conseguem desenvolver sua produção industrial e agropecuária com o financiamento, e os países vulneráveis e em desenvolvimento ficam reféns de empréstimos sem poder se libertar do eterno **endividamento público e privado**, especialmente quando esse empréstimo é para os pequenos e médios empreendedores e agricultores.

Entre os setores mais endividados, por exemplo, estão os camponeses e os agricultores, pois a contração das dívidas exige garantias reais, como terras, imóveis, maquinários e equipamentos, entre outros bens que dão acesso ao recurso financeiro. Se os agricultores/as comprometem a terra para obter financiamento para a sua produção e as alienam ao sistema financeiro, passam a depender da decisão destes credores para produzir, tendo que produzir o que os credores determinam, como, por exemplo, a **produção transgênica** de escala, vincular sua produção a equipamentos e maquinário, a produtos químicos (**agrotóxicos** e defensivos); enfim, passam a depender de uma estrutura com forças assimétricas em que os trabalhadores/as da agricultura não têm poder nem há equilíbrio de relações entre eles (mesmo organizados em associações e cooperativas) e governos (ou quem os financie). E sob essa pressão do sistema financeiro entre corporações e governos para garantir a escala de produção, a terra, monetariamente falando, é o bem mais barato, pois caro é o que você põe em cima dela.

Daí o avanço desenfreado sobre as áreas de florestas que detêm, ainda hoje, graças aos **povos indígenas e tradicionais**, rica biodiversidade, água, minérios e alternativas energéticas, como defendia o professor Bautista Vidal, o **complexo energético** do século XXI, o **babaçu da Amazônia** para **biodiesel**, preservando e conservando a floresta, sem ter que derrubar sequer uma árvore, entre outras alternativas múltiplas e criativas para produção de energia renovável. Assim sendo, a financeirização, hoje, avançou sobre as riquezas naturais consideradas sem valor (financeiro) na contabilidade de produção de bens e serviços. A esse avanço do capitalismo neoliberal chamamos de “financeirização da natureza”.

IHU On-Line – Por quais razões seria preciso um novo modelo de finanças ou seria necessário usar as finanças a favor da vida, como sugere Boutang? O que significa “usar as finanças a favor da vida” e que modo essa proposta aponta para outra concepção em relação ao capital?

Amyra El Khalili – Veja o **paradoxo de finanças** tão discutido nos cânones das várias religiões: pode ser usada a favor da vida como a favor da morte. Aqui reside a dualidade entre Deus e o Diabo estudado por filósofos e teólogos. O que

ECODEBATE

Estadísticas

Expediente

Regras

Revista Cidadania e Meio

Ambiente

PUBLICAÇÕES RECENTES



Índice da edição
nº 2.623, 2016
[05/10/2016]

5/10/2016 0



O fim da Barra da
Tijuca? artigo de
José Eustáquio
Diniz Alves

5/10/2016 0



A formação
continuada do
professor, artigo
de Ana Regina
Caminha Braga

5/10/2016 0



O novo ensino
médio já nasce
velho, artigo de
Isaac Roitman

5/10/2016 0



TOP

para pagar nossas contas de água, luz e gás, quanto para pagar juros de cartão de crédito, limites de cheque especial, ou comprar remédios por termos contraído uma doença causada por estresse emocional, por desgaste físico de tanto trabalho e depressão.

Uma finança diferente

Nem todo **dinheiro** é ruim, assim como nem toda forma de o gastar é saudável. É nesse ponto que compreendo a análise de **Boutang**, quando se refere à necessidade de construir uma finança diferente, que seja a favor da vida financiando projetos socioambientais, e não a globalizada e enraizada no modelo neoliberal que financia o mercado de armas, drogas, favorece a biopirataria (ilícito), sustenta e mantém o lícito da concentração por corporações com produção suja e degradante e governos corruptos.

Quando tratamos de uma cifra de R\$1.000,00 (mil reais), o senso comum sabe de que número estamos falando, pois todos conhecem essa cifra por um dia ter tido esse dinheiro em suas mãos. Mas quando tratamos de cifras que ultrapassam a casa dos três zeros, como 100.000 (cem mil), 1 milhão, 1 bilhão, 1 trilhão, a população não sabe a diferença que representa na economia entre tantos zeros.

É nessa casa de cifras (de mais de três zeros) que circulam os valores monetários no sistema financeiro, migrando de um continente a outro, com a velocidade de milésimos de segundos, como bem aponta o estudo do pesquisador Edemilson Paraná, em entrevista para a **IHU On-Line**. Quando o **sistema financeiro** alavanca essas cifras, arrebenta com a atividade produtiva, causando estragos enormes nas contas públicas e privadas. É das contas públicas que pode estar ocorrendo a transferência de valores destinados à educação, à saúde, à segurança pública, à previdência e à defesa e proteção do meio ambiente, para grupos privados. Este processo onera o custo de **taxas de juros e tributos**, em detrimento do custo de vida da população pobre, que é a maior pagadora de impostos, tema analisado pelo movimento de auditoria cidadã nas entrevistas com Maria Lucia Fattorelli e Carmen Cecilia Bressane pela **IHU On-Line**.

É este o sentido da mobilização da sociedade via campanhas de esclarecimento, auditorias de contas públicas e pressão com propostas proativas em favor de uma **reforma tributária e fiscal** que contemple e estimule o financiamento e os investimentos diretos em projetos socioambientais, na produção consciente e de menor impacto ambiental. Este é o caminho que a ferramenta finanças deve seguir em favor da vida, e não como tem sido usada até agora, para projetos de



TOP

financeiro.

Têm sua razão, em partes, porque não há como negar certo comodismo e ingenuidade em acreditar que pela simples ação de uma revolução político-ideológica se conseguirá superar este *modus operandi*, a exploração de um ser humano pelo outro, conscientemente projetado no território mental da natureza humana. Perceba que os demais seres vivos não agem desta forma. Andam em grupo; migram em busca de alimentos e não praticam a autofagia por bens materiais e dinheiro. A moeda não faz parte do paradigma organicista dos demais seres vivos, como vivem os humanos no paradigma mecanicista, condicionados ao sucesso do ter e não do ser.

IHU On-Line – Por que as finanças são potenciais para romper com a crise sistêmica? Em que elas podem contribuir?

Amyra El Khalili – A **crise sistêmica** é fruto do entrelaçamento e imbricamento entre a moeda e as garantias que lastreiam essa emissão de dinheiro e do fato de que, por exemplo, cada saca de soja negociada na **Bolsa de Chicago** pode multiplicar-se em contratos de compra e venda futura até 100 vezes. Se em algum momento, com uma possível intervenção de bancos centrais, houver necessidade de se executar judicialmente cada contrato de soja que circula no mercado de derivativos (derivado de ativos), toda a soja do mundo não será suficiente para a entrega física por liquidação contratual, ou seja, essa soja não existe. Para não correrem o risco de uma intervenção judicial, as bolsas de commodities e derivativos suprimiram a cláusula que prevê entrega física de commodities. É nesse ponto que reside a **financeirização da produção de commodities** agropecuárias e de minérios nas bolsas.

A função dos mercados futuros e de derivativos deveria ser a de “fixar preço” para se prevenir do risco de uma quebra de safra, de **crises políticas e econômicas**, de **crises climáticas** e desastres naturais, entre outros fatores imprevisíveis, que podem provocar aumentos estratosféricos de preços ou baixas expressivas, prejudicando o custo de produção ou estourando com os fluxos de caixa, com isso gerando desemprego, falência de indústrias, de produtores e prestadores de serviços (hedge/proteção).

Desregulamentação do sistema financeiro

Ocorre que, com a desregulamentação do sistema financeiro, para reduzir ao mínimo a **intervenção do Estado** no mercado, esquivando-se, inclusive, da fiscalização e driblando o pagamento de impostos e tributos (e aqui estamos falando do mercado financeiro e não da produção), os instrumentos econômicos



↑
TOP

seus agentes contra as bruscas oscilações de preços, passaram a ser determinantes na formação de preços na ponta de produção, jogando a economia real no risco e na especulação da economia de mercado (finanças).

Dessa maneira, o preço futuro da soja na **Bolsa de Chicago** determina o valor à vista da soja colhida no campo, quando o processo deveria ser o contrário. Na prática, o preço da soja colhida hoje no campo, calculado seu custo de produção, somando armazenagem, tributos e transporte até o porto para exportação, é determinado pelo valor futuro das bolsas, quando a conta correta seria a partir do preço da soja de hoje, considerando a realidade local de produção. Sobre este preço é que se deveria calcular o preço futuro, estimando os riscos de instabilidade política e econômica, de desastres ambientais e conflitos trabalhistas, entre tantos outros fatores, complexos e imprevisíveis, que afetam as variáveis econômicas e socioambientais na atividade produtiva.

Então, o chamado **risco sistêmico** é a quebra de toda a cadeia imbricada de garantias reais, entre o dinheiro que circula migrando de um lado para outro virtualmente, pela quantidade e qualidade de produção. Se um banco empresta dinheiro para alguém, ele deve ter em contrapartida uma garantia que permita o empréstimo. É comum que os bancos troquem garantias entre si, pois o mesmo banco não pode ser garantidor de si mesmo. É nessa confusão de garantias, de quantidade e qualidade de produção que se formam as bolhas financeiras, as quais colocam em risco sistêmico as economias mundiais globalizadas pela tecnologia da informação.

A biodiversidade tem sua própria lógica

Façamos, agora, um exercício: o que acontecerá se esta prática ocorrer com nossas riquezas naturais — como as florestas, sua biodiversidade e água —, cuja dinâmica está no paradigma organicista, oposto ao paradigma mecanicista que acabo de ilustrar com essa contabilidade?

A **biodiversidade** tem sua própria lógica, não sendo compatível com a produção em escala, sem com isso gerar altos impactos ambientais com a intervenção humana através da biotecnologia, da geoengenharia e da mecanização. É possível, porém, analisar o que ocorre com as **commodities minerais**, uma vez que o preço da energia está atrelado ao preço do barril de petróleo cotado nas bolsas de commodities.

Estamos gritando contra o **fracking** (fraturamento hidráulico) para **extração de gás de xisto**, primeiro, porque pode contaminar as águas subterrâneas e, segundo, porque também promoverá a militarização das áreas exploradas, já



TOP

prevalecem na contabilidade do sistema financeiro. As finanças são engenhadas por seres humanos que o sustentam com dados estatísticos, com números e programas matemáticos. São dados calculados friamente, sem a percepção de que uma simples cifra sobre trilhões pode causar prejuízos consideráveis para milhares e milhares de pessoas, como apertar o gatilho de uma metralhadora giratória. Esse é o paradigma mecanicista, em cuja lógica se fundamentam o mercado de carbono e seus derivativos (**REDD**, REDD+, Pagamentos por Serviços Ambientais, **Créditos de Efluentes**, Créditos de Compensação etc.).

IHU On-Line – Em que aspectos sua compreensão de uma finança que seja ecológica e socialmente responsável se aproxima da teoria de Boutang, segundo a qual o gigantesco poder da finança deve ser posto a serviço de objetivos como a transição energética, da luta contra a poluição química de terras aráveis, e da garantia de uma renda decente para todos, com investimento maciço na saúde e preservação do meio ambiente?

Amyra El Khalili – Quando **Boutang** propõe a economia da polinização e outra finança possível, está, na verdade, defendendo o mesmo princípio da economia socioambiental, que foi compreendida por Ignacy Sachs como **economia dos biomas**. Sachs concluiu que são os povos das florestas e tradicionais os que têm realmente condições de manter a floresta em pé, protegendo e fiscalizando a partir de sua produção equilibrada e em harmonia com o ecossistema. Foi desta percepção e estudo que Sachs conceituou o “**ecodesenvolvimento**”, posteriormente traduzido para “**desenvolvimento sustentável**”, para se tornar “sustentabilidade” a que agora, ajustado ao **modelo neoliberal**, chamam de economia verde. Trata-se de um conceito confuso, que apenas repete a teoria do capitalismo verde com algumas adequações, inicialmente cunhado pelo acadêmico inglês **John Elkington**, com o clássico **The green capitalists** (Os Capitalistas Verdes, Editora Gonllaccz, 1989), assentado no tripé pessoas, planeta e lucro (Triple botton line).

No entanto, oposta à **economia verde**, a **economia socioambiental** agrega as propostas da economia solidária com a economia dos biomas a partir de núcleos formados em torno das bacias hidrográficas, já que historicamente a humanidade se agrupa em torno das águas, construindo cidades e se urbanizando. Uma cidade, comunidade ou grupo humano e demais seres vivos não sobrevivem sem água e não se desenvolvem economicamente sem energia.

A água não é substituível como a energia que pode ser produzida por diversas fontes renováveis, além das não renováveis. A água é um enigma da natureza a ser decifrado, pois pode ser renovável se cuidada e não renovável se degradada. A água está para a história da humanidade e do planeta como o ouro está para a



↑
TOP

América Latina, como os **campesinos/as**, os **povos indígenas** e os **povos tradicionais** da **Amazônia** estão se mobilizando contra a mineração com o chamamento “**Água sim, Ouro não**”. Podemos beber água, mas não podemos comer ouro!

Na prática, a tese de **Boutang** pode ser implementada com a **pulverização das finanças** e com a cobrança e fiscalização sobre a “responsabilidade socioambiental do sistema financeiro”, fazendo com que os empréstimos exijam financiamento de projetos que não gerem impactos ambientais e não promovam a exclusão social, como expulsão de **campesinos**, **povos indígenas** e **tradicionais** de seus territórios e que não incentivem a criminalização da pobreza. Foi com esta perspectiva que a agenda na **Rio+20** juntou meio ambiente com erradicação da pobreza para os **Objetivos do Milênio**.

Sistema financeiro e política

Quando o **sistema financeiro** se torna cúmplice de governos corruptos, viabiliza a lavagem de dinheiro, transfere recursos públicos para a iniciativa privada fazer o que é função do Estado em setores cuja função não é “lucrar”, como educação, saúde, segurança pública, previdência, saneamento básico. Quando o sistema financeiro protege o mercado ilícito de armas, drogas, prostituição, entre outros, a sociedade deve ter o poder de processá-los e impedir que essa economia subterrânea, que se mescla com a economia financeira, continue se propagando. A proposta do movimento pela auditoria cidadã, das redes e movimentos que questionam os investimentos de bancos multilaterais, do direito do consumidor, da **dívida pública** e tantos outros, podem fazer a transmutação das finanças e alcançar o que propõe **Boutang**, e o que estamos propondo há duas décadas, como ação proativa.

É entendendo como funciona este sistema financeiro e esclarecendo para a sociedade de forma didática com o tripé educação, informação e comunicação que promoveremos uma estratégia coletiva e efetiva para combater as mazelas do mercado financeiro com suas distorções e sua autofagia. A outra questão passa pela prestação de contas e auditorias dos recursos a fundo perdido, que são despejados em **ONGs** e **Oscips** (organizações sociais de interesse público), que também não escapam do paradigma mecanicista. Muitas ONGs tornaram-se braços governamentais e aparelho eleitoral subserviente de interesses político-partidários, valendo-se de argumentos sociais e ambientais para justificar a captação de recursos, quando não são elas próprias que recebem verbas das mesmas empresas que são responsáveis por degradação e desastres ambientais.



TOP

o sistema financeiro, que também financia campanhas políticas, além de não terem credibilidade para denunciar as arbitrariedades sociais e degradação ambiental. Em favor da **Amazônia** existem milhares de **ONGs** e **Oscips** que sequer puseram os pés na região. Afirmam pretender defender esse bioma, pois é onde há maior interesse financeiro, diferentemente de regiões como o Cerrado e a Caatinga, onde poucos querem investir e onde há os projetos socioambientais que se autossustentam justamente pela carência de recursos. Eles devem ser criativos e fazer a economia prosperar nesses biomas, tão ricos em biodiversidade quanto a **Mata Atlântica**, o **Pantanal** e a **Amazônia**.

Desta forma, haverá **recursos financeiros** suficientes para investimentos em educação, saúde, proteção e preservação ambiental, segurança pública e principalmente para a **transição da economia** que vivemos para a economia que queremos. É fácil constatar, pelas cifras de desvios financeiros destinados ao que é necessário para investir em projetos socioambientais, significativamente mais baratos do que o dinheiro que vai para o ralo da corrupção. De fato, a economia é um todo e não está nem funciona fragmentada. Todos os sistemas e setores estão direta e indiretamente interligados pela globalização e pela tecnologia da informação. O que afeta a um afetará a todos em qualquer parte do mundo.

IHU On-Line – Na prática, o que tem impedido que as finanças sejam utilizadas para as finalidades mencionadas acima?

Amyra El Khalili – Para que as finanças sejam utilizadas para as finalidades mencionadas, o que está faltando é a **reestruturação do sistema financeiro** com a sua regulamentação, uma política fiscal e tributária específica para este setor, que propicia a migração de fortunas virtuais. Os impostos são mais pesados para os pobres e mais baratos para os ricos, que sempre conseguem linhas de financiamento. A população está sendo financeirizada com cartões de crédito, limites no cheque especial, no crédito consignado, com a alta carga tributária, enquanto os capitalizados são financiados com empréstimos de longo prazo e baixas taxas de juros. A alta **taxa Selic** está financiando os títulos do tesouro direto, para sorte dos rentistas (que vivem de rentabilidade), conforme analisou o economista Ladislau Dowbor para **IHU On-Line**.

Há, portanto, várias ações a serem implementadas: a necessidade de uma política de fomento e de incentivo na produção, o financiamento da transição de uma produção degradadora para uma **produção ambientalmente sustentável e inclusiva**, a fiscalização e auditoria das contas públicas e privadas, principalmente de empresas cujas ações são negociadas nas bolsas de valores, a **reforma tributária e fiscal**, além de forte pressão da sociedade para fazer valer

**TOP**

dinheiro. Temos que agir em conjunto com as instituições jurídicas, assessorando e estimulando. Não faltam razões, pode-se até lembrar que em mercados desregulamentados muitos contratos entre partes acabam parando na mesa do juiz e os magistrados não entendem de finanças nem de seus jargões — como as palavras-expressões em inglês grafadas nos contratos financeiros e mercantis, como commodities, spread, gap, swap etc.

IHU On-Line – Como a política deveria participar desse processo de transformação ou de uso das finanças para fins como a transição energética?

Amyra El Khalili – Para implantar a transição energética, é necessário repensar o **modelo econômico**. A maioria da população vive em cidades. O **Brasil** passou a ocupar a posição de sexta economia do mundo. Ironicamente, o **IBGE** divulgou dados assustadores sobre as favelas brasileiras. Segundo estes dados, certamente conservadores, o Brasil tem 6.329 áreas irregulares e precárias nas quais vivem 11.425.644 pessoas. Juntas, elas equivalem à população da **Grécia**, para que se tenha uma ideia da magnitude do desafio das cidades deste importante país no cenário latino-americano (FDUA n.61, por **Edésio Fernandes & Betânia Alfonsin**).

Energias renováveis

As cidades consomem energia de países, fazendo com que a **política energética do Brasil** esteja voltada à construção de mais hidrelétricas, além dos projetos de políticos insanos que pretendem ressuscitar a energia nuclear. A energia produzida por uma **hidrelétrica na Amazônia** gera impactos ambientais e sociais naquela região para abastecer o **Sul** e o **Sudeste**, que recolhem seus tributos na ponta distribuidora de energia, e não no local impactado na Amazônia.

Os diferentes setores de **energia renovável** concorrem em tributos, taxas e formação de preços com a produção de energia não renovável. Quando há um incentivo para a produção de energia renovável, como a eólica, solar, o biodiesel e o etanol, não há um planejamento para limitar essa produção, pois acaba também gerando mais impactos, como tem denunciado com conhecimento de causa e científico o professor Heitor Scalabrini Costa sobre a produção em escala deste tipo de energia que deveria, por coerência, ser equilibrado e harmônico de região para região, analisado caso a caso, em um pacote energético diversificado.

O fato de a energia ser renovável não significa que não cause impactos. É necessário, portanto, que o **planejamento energético** considere as demandas



TOP

carvão, gás de xisto, minério radioativo ou mesmo com a construção de parques eólicos, solar fotovoltaica e monoculturas para a produção de etanol e biodiesel.

Transição energética

Precisamos desenvolver um modelo de **transição energética** com planejamento financeiro conjuntamente com a **transição do modelo econômico**, pois, do contrário, não haverá energia renovável ou não renovável que suporte a demanda de produção e resolva o problema socioambiental, que, conseqüentemente, provocam bruscas **mudanças climáticas**. É de fundamental importância manter a população camponesa, indígena, tradicional e ribeirinha nos campos e nas florestas, bem como o povo do sertão no Nordeste, fazendo a migração oposta à dos centros urbanos para reverter o quadro desolador do crescimento das favelas, do desemprego e da violência urbana. Esse tem sido o desafio de séculos e até hoje não saímos deste quadro crítico.

Os políticos estão preocupados com eleições e seus mandatos. Os prazos para a implantação de uma política energética, socialmente justa e politicamente participativa e integrada não fecham com os prazos da política partidária. Em um evento para prefeitos e gestores públicos, argumentei que o político que propuser uma estratégia colaborativa com a comunidade para a gestão das águas com a transição energética ficará marcado como gestor público para o resto da vida, pois o mandato acaba, mas a gestão pública fica e sua militância será reconhecida pelo povo. Se agarrar essa bandeira, será também a sua razão de viver.

Quando o **gestor público** (político) constrói uma proposta com o coletivo da comunidade para uma agenda de transição econômica a partir do binômio água e energia, estará investindo em projeto consistente de longo prazo, com efeitos visíveis no curto prazo, que serão os da adesão e do apoio da comunidade. Há dinheiro para isso circulando no setor financeiro, e o setor de energia é o que mais acumulou nas últimas décadas. Auditem as contas dos bancos multilaterais e exijam que esses projetos sejam cumpridos com responsabilidade socioambiental, pois esse é o papel do sistema financeiro e para isso pagamos impostos e taxas. Basta analisar as nossas contas de luz, água e gás para saber onde foi parar o dinheiro.

IHU On-Line – Também concorda que deveria existir uma renda decente ou uma renda universal para todos? O que seria essa renda e de que modo ela seria provida para todos?

Amyra El Khalili – Em tese, deveria existir uma renda decente ou renda



TOP

valer a Constituição, seja pelo direito da dignidade da pessoa humana, seja pelo direito de uso dos **bens comuns** (bens difusos: água, energia, biodiversidade, minério) das presentes e futuras gerações, não restam dúvidas que estaríamos garantindo a existência de uma renda decente e até mesmo uma renda universal, caso esse efeito seja transfronteiriço, como deve ser a gestão das águas, já que um rio atravessa fronteiras territoriais entre países. Se entendermos que esses dois pilares — a dignidade da pessoa humana e os bens comuns — compõem um conjunto indissociável para conquistarmos essas condições, então estaremos trabalhando para a **transição da economia** em que vivemos (globalizada, em fase neoliberal do capitalismo) para a economia que queremos (socialmente justa, politicamente participativa e integrada e ambientalmente sustentável).

Favelização

A favelização é resultado da degradação ambiental e da exclusão social. Tal fenômeno se multiplica justamente porque as pessoas saem do seu meio para inchar as cidades em busca de emprego e renda para sustentar suas famílias. Não podemos dissociar a pobreza do meio ambiente. Se buscarmos alternativas de geração de emprego e renda, fixando o ser humano no campo e impedindo a expulsão dos povos indígenas e tradicionais de seus territórios, teremos como fazer existir essa renda decente. É por isso que lutamos e nos mobilizamos na cultura de resistência, com a finalidade de evitar as guerras, os conflitos e a migração que forma massas de refugiados econômicos, do clima, das guerras, e da política genocida e etnocida praticada por governantes e corporações de seus países.

Se, de um lado, a **tecnologia da informação** faz migrar fortunas de um continente a outro, de outro, essa mesma tecnologia está fazendo com que possamos criar conexões de redes em que as florestas do mundo inteiro, os campos e os grupos de resistência se comuniquem e se mobilizem em prol da emancipação dos povos, reivindicando para que a utopia da renda decente e a renda universal para todos sejam realidade.

IHU On-Line – Alguns sugerem a necessidade de se estabelecer uma governança internacional para ajudar a solucionar problemas como os de ordem ambiental, realizar a transição energética e um novo modelo de finanças. Seria o caso? Como você vê essa proposta?

Amyra El Khalili – É o que chamam de governança ambiental. O conceito, porém, tem sido confundido com governança corporativa, como assistimos na **Cop-19**, quando o setor de energia não renovável (carvão, petróleo, nuclear, gás



TOP

financeirização da natureza, conforme denunciámos.

Então, a **governança ambiental**, que propunha o diálogo entre a iniciativa privada, o governo e a sociedade civil organizada tem sido dragada pela governança corporativa, essa mesma que fundiu a Bayer com a Monsanto. Os grandes crescem cada vez mais e a sociedade civil organizada, que deveria ser representada por lideranças comprometidas, são cooptadas pela economia verde para defender propostas no paradigma mecanicista. Mais uma vez, o sistema financeiro fala alto e atropela nossas ações comprando cabeças.

Identificar e confrontar essa tendência se faz necessário para sabermos quem é quem e com quem estamos lidando. Eles têm a habilidade de absorver nossos argumentos para empurrar contratos financeiros e mercantis duvidosos e perigosos.

Governança ambiental

Se resgatarmos o conceito de **governança ambiental**, na perspectiva crítica analisada por **Boutang, Ignacy Sachs**, Edgar Morin, Vandana Shiva e tantos outros pensadores, como também os que debatem em nossas redes, na **IHU On-Line** e demais fóruns que estão se espalhando por toda a **América Latino-Caribenha**, poderemos implementar uma política de governança ambiental para a realização de uma transição energética para uma outra finança possível e emergencialmente necessária.

Se utilizarmos os mesmos sistemas que fortaleceram esse modelo degradador e desumano, é evidente que podemos reprogramá-lo para uma nova consciência. Isso não depende de dinheiro; depende da sensibilização de corações e mentes. Depende, especialmente, de um código de ética e moral que seja universal e, nesse sentido, a contribuição do **Papa Francisco** com a encíclica ecológica *Laudato Si'*, como um princípio norteador, veio em boa hora!

IHU On-Line – Como a esquerda tem atuado e entendido a discussão sobre o papel das finanças e do capital no mundo contemporâneo? A esquerda tem contribuído para pensar e discutir essas questões? Como?

Amyra El Khalili – A **esquerda** ainda está presa aos conceitos da política pelo poder. Perdemos a referência do que seja esquerda e direita. Assistimos, em todos os governos, a mesma retórica em relação às questões ambientais. Fica complicado, como ativistas, nos posicionarmos com críticas e propostas sem sermos rotulados pró ou contra esse ou aquele governo. O ativismo pelos direitos humanos e o ambiental deveria ser isento e não se envolver em disputas político-partidárias, pois o povo e o ambiente devem estar acima dos interesses



TOP

Lamentavelmente, as coisas não transitam por essa via. A **esquerda** não quer discutir finanças, pois essa discussão passa por prestação de contas, auditoria, transparência, meandros delicados e polêmicos, como abordamos nessa entrevista. Os movimentos e grupos fortemente ligados aos partidos políticos não sabem separar o joio do trigo. Não entendem de finanças e não querem debater, sem o viés ideológico, com quem entende. Preferem ler enviesado e bater em palavras-chave, como commodities, bolsas, mercados, juros, sem compreender a diferença de quem está propondo a repetição esverdeada do modelo neoliberal de quem, mesmo usando as expressões de finanças, o está criticando, inclusive demolindo argumentos frouxos, como é o caso das nossas frentes multidisciplinares. Fui economista pioneira, desde 1997, a destrinchar ponto por ponto cada item do mercado de carbono, e quando a coisa ficou exposta me vi sozinha batendo de frente com ambientalistas e colegas rendidos para o **neoliberalismo**.

Já tivemos entreveros com alguns por não entenderem que estamos criticando, militando e combatendo ao lado destes grupos e movimentos os inimigos comuns, porém usamos argumentos técnicos, operacionais e jurídicos e não os ideológicos, que usam à exaustão e repetidamente, caindo muitas vezes na armadilha dos que estão condenando. Foi o que aconteceu com a **esquerda** quando chegou ao poder. Não estava preparada para enfrentar o **sistema financeiro**; não se aparelhou e não se cercou de gente de confiança para saber o que estava fazendo e que contratos estavam assinando. Aqui faço uma ressalva: estou me referindo aos da esquerda que são sérios e comprometidos e não àqueles que sabem perfeitamente o que fizeram quando se corromperam no caminho.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Amyra El Khalili – Estive palestrando no **Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social – Eneds**, na **UFSC**, e tive a oportunidade de desabafar depois que uma manifestação de jovens mulheres abriu nossa mesa de debates. Nesse desabafo, eu fiz a crítica aos movimentos sociais e de esquerda que preferiram não ouvir e não saber sobre o tema desta entrevista. Disse que o grupo “**Dossiê ACRE**” me convidou para palestrar para esclarecer o que, afinal, era o mercado de carbono, e suas consequências. Tive, da plenária, a atenção e a paciência dos **povos indígenas e tradicionais**, bem como dos acadêmicos e das lideranças representadas naquele evento em uma única noite o que não tive das esquerdas nestas duas décadas que consolidaram “a **mercantilização e financeirização da natureza**”.

Sinto que as transformações estão em curso, mesmo que pareça estarmos



TOP

mundo sem ética, moral e espiritualidade não se sustenta e que os jovens são os que mais sofrem e serão os mais impactados no futuro. O **Eneds** nos deu energia renovadora por conhecer jovens engenheiros e engenheiras dispostos a praticar uma engenharia humana, no paradigma organicista, questionando e criticando o paradigma mecanicista que originou o **sistema financeiro**.

Se fomos nós, os humanos, que criamos o problema, seremos nós, os humanos, os que deveremos buscar por soluções, mas não pelo mesmo sistema e no mesmo grau de consciência que o criou, como dizia **Albert Einstein**. A comunidade acadêmica precisa chamar a si a sua responsabilidade socioambiental, buscando formar cidadãos e cidadãs e não apenas tecnocratas e burocratas para o mercado de trabalho, sem personalidade e projetos de vida.

O **Papa Francisco** expressa esse compromisso em **Laudato Si'** e nos cobra esse posicionamento por nossos filhos, netos e futuras gerações. Como mulher de origem palestina, luto para que nossos jovens não sejam imolados no altar do terrorismo, das guerras, da miséria, das drogas, dos crimes e da prostituição. Uma economia só pode ser justa se for humanitariamente digna e ambientalmente sustentável e somente será possível se for lastreada no tripé legitimidade, credibilidade e ética.

Referências

BRESSANE, Carmen Cecilia. Entrevista: **Brasileiro já nasce devendo em torno de R\$ 27 mil da dívida pública**. Revista IHU On Line. Edição 492. Ano XVI. Financeirização, Crise Sistêmica e Políticas Públicas. 05-09-2016. Por Ricardo Machado | Edição Vitor Necchi.

BOUTANG, Yann Moulier. Entrevista: **O poder das finanças e as estratégias para romper a crise sistêmica**. Revista IHU On Line. Edição 492. Ano XVI. Financeirização, Crise Sistêmica e Políticas Públicas. 05-09-2016. Por Márcia Junges | Edição João Vitor Santos | Tradução Vanise Dresch.

_____. **Uma outra finança é possível e a economia da polinização**. Palestra proferida no IV Colóquio Internacional IHU – Políticas Públicas, Financeirização e Crise Sistêmica. Por Márcia Junges. Publicado em 13-09-2016. Acessado em: 1. out. 2016.

COSTA, Heitor Scalabrini. **A propaganda enganosa como estratégia dos “negócios do vento”**. Publicado em 29 set, 2016. Acesso em: 1. out. 2016.

COSTA, Heitor Scalabrini. **Debate energético enviesado**. Publicado em 6 ago. 2016. Acesso em: 1. out. 2016.



TOP

Sistêmica e Políticas Públicas. 05-09-2016. Por João Vitor Santos.

EL KHALILI, Amyra. [O que se entende por financeirização da natureza?](#) Publicado em 10-05-2016 e acesso em 10-05-2016.

ELKINGTON, John Elkington. Entrevista: Pessoas, planeta e lucro, o tripé da economia sustentável. Por Arnaldo Comin. Revista da ESPM. Ano 22. Edição 102. n. 2, mar./abr. de 2016.

FATORELLI, Maria Lúcia. Entrevista: [Dívida Pública. O veículo para o roubo de recursos públicos.](#) Revista IHU On Line. Edição 492. Ano XVI. Financeirização, Crise Sistêmica e Políticas Públicas. 05-09-2016. Por João Vitor Santos.

PARANÁ, Edemilson. Entrevista: [Finança digitalizada: interação entre tecnologia e economia está reestruturando o sistema financeiro.](#) Revista IHU On Line. Edição 492. Ano XVI. 05-09-2016. Financeirização, Crise Sistêmica e Políticas Públicas. Por João Vitor Santos e Patricia Fachin.

SOFIATTI, Arthur. [O paradigma mecanicista versus paradigma organicista.](#) Publicado em 3 out. 2014. Acessado em: 1. out. 2016.

VIDAL, Bautista. Entrevista: [A energia é nossa.](#) Revista Caros Amigos. Acesso em: 1. out. 2016. Capturado em: 1. out. 2016

LAUDATO SI. Dado em Roma, junto de São Pedro, no dia 24 de maio – Solenidade de Pentecostes de 2015, terceiro ano do pontificado do papa Francisco. Acesso em: 20 jun. 2015.

ENEDS – [Quem faz a tecnologia na América Latina?](#) Publicado em 14/08/2016. Acesso em: 14 ago. 2016.

DOSSIÊ ACRE – Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Regional Amazônia. [Documento Especial para a Cúpula dos Povos – O Acre que os mercadores da natureza escondem.](#) 2012. Acesso em: 24 jul. 2016.

[[EcoDebate](#), 05/10/2016] publicado pela **IHU On-line**, parceira editorial da revista eletrônica EcoDebate na socialização da informação.

[IHU On-line é publicada pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos Unisinos, em São Leopoldo, RS.]



TOP

caso, à fonte primária da informação]

Inclusão na lista de distribuição do Boletim Diário da revista eletrônica EcoDebate

Caso queira ser incluído(a) na lista de distribuição de nosso boletim diário, basta enviar um email para newsletter_ecodebate+subscribe@googlegroups.com . O seu e-mail será incluído e você receberá uma mensagem solicitando que confirme a inscrição.

O EcoDebate não pratica SPAM e a exigência de confirmação do e-mail de origem visa evitar que seu e-mail seja incluído indevidamente por terceiros.

Remoção da lista de distribuição do Boletim Diário da revista eletrônica EcoDebate

Para cancelar a sua inscrição neste grupo, envie um e-mail para ecodebate@ecodebate.com.br. O seu e-mail será removido e você receberá uma mensagem confirmando a remoção. Observe que a remoção é automática mas não é instantânea.

ESPAÇO disponível: Banner 728 X 90

Socialização da informação socioambiental também é sustentabilidade. Apoie e patrocine esta ideia
revista eletrônica EcoDebate. ISSN 2446-9394

Tagged [entrevista](#) [modelo de desenvolvimento](#)

< [Anterior](#)

[Ibama embarga garimpo em Altamira \(PA\) e aplica multa de R\\$ 50 milhões](#)

[Próximo](#) >

[O novo ensino médio já nasce velho, artigo de Isaac Roitman](#)

Deixe uma resposta

<input type="text" value="Nome *"/>	<input type="text" value="Comentário *"/>
<input type="text" value="Email *"/>	
<input type="text" value="Website"/>	
<input type="button" value="Publicar comentário"/>	

